



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas
Assembleia da República

Lisboa, 07 de Setembro de 2011

Assunto Audição sobre a empresa CTT Correios de Portugal SA, os encerramentos de estações e postos de correios e a prestação do serviço público postal

Exma Senha,

À Assembleia da República tem chegado eco das muitas situações actualmente verificadas de norte a sul do país, em que os anunciados encerramentos de estações de correios vêm motivando o mais vivo protesto das populações, trabalhadores, autarquias e dos tecidos económicos e sociais locais. O PCP, já na reunião de 2 de Agosto passado, questionou o Governo sobre este problema dos encerramentos de estações e postos dos CTT, mas não foi dada qualquer resposta sobre a matéria.

Estamos perante medidas profundamente gravosas e lesivas para a vida de milhares de cidadãos, para a actividade económica de micro, pequenas e médias empresas; estando em causa locais que vão desde centros urbanos como Lisboa, Porto e Coimbra, até a zonas rurais e do interior do país, com evidentes implicações do ponto de vista económico e social. Diversas acções de luta têm sido desenvolvidas pelos utentes e trabalhadores da empresa perante esta situação, que é indissociável da orientação política levada a cabo no sentido da privatização da empresa e da liberalização do sector postal.

Por outro lado, foi também dado conhecimento à Assembleia da República (à Comissão de Economia e Obras Públicas e aos Grupos Parlamentares) da exposição apresentada pela Comissão de Trabalhadores dos CTT à Inspecção Geral de Finanças, relativamente à gestão da empresa. Já em 2009 a CT transmitiu um conjunto de situações ao conhecimento da IGF, a qual procedeu à análise das práticas em questão, produzindo um relatório, confirmando tais alertas, onde se apontava um conjunto de determinações, recomendações e diligências diversas. No entanto, a CT dá agora conta de novas situações, que configuram práticas em tudo semelhantes às que foram objecto dos (confirmados) alertas de 2009.~

Neste momento, coloca-se com destaque o problema das perspectivas futuras para a qualidade do serviço público e da boa gestão dos recursos públicos, para além das ameaças com que se confrontam os trabalhadores da empresa, os seus postos de trabalho e os seus direitos. Impõe-se a necessidade de aprofundar e esclarecer estas e outras questões sobre o presente e o futuro da prestação dos serviços postais enquanto serviço público essencial, ou da própria empresa CTT e seus trabalhadores, na medida dos impactos que estas decisões terão a estes níveis.

Assim, e no sentido de abordar as matérias referidas, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a audição das seguintes entidades: Conselho de Administração dos CTT; Organizações Representativas dos Trabalhadores da empresa; Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos

Com as melhores cumprimentos,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP


Bruno Dias


Agostinho Lopes

N.º Ref.ª /39493-179/INPA/11